

**PROJETO DE LEI Nº****024/2007****PL**

FE: Nº	03
Proc: Nº	313/07

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB.”**

**RUBENS FURLAN**, *Prefeito do Município de Barueri*, usando das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Artigo 1º.** *Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Barueri.*

**Capítulo II**  
**Da Composição**

**Artigo 2º.** *O Conselho em apreço será integrado por 10(dez) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:*

- I – um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;*
- II – um representante dos professores das escolas públicas municipais;*
- III – um representante dos diretores das escolas públicas municipais;*
- IV – um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;*
- V – dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;*
- VI – dois representantes dos estudantes da educação básica pública;*
- VII – um representante do Conselho Municipal de Educação; e*
- VIII – um representante do Conselho Tutelar.*

**§ 1º.** *Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados pelos respectivos pares.*

*§ 2º. A indicação deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores.*

*§ 3º. Os Conselheiros deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.*

*§ 4º. Os representantes, titular e suplente, dos diretores das escolas públicas municipais deverão ser diretores eleitos por suas respectivas comunidades escolares.*

*§ 5º. São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:*

- I - cônjuge e parentes consaguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;*
- II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que preste serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuge, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;*
- III - estudantes que não sejam emancipados; e*
- IV - pais de alunos que:*
  - a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou*
  - b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.*

*Artigo 3º. O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:*

- I - desligamento por motivos particulares;*
- II - rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do artigo 2º; e*
- III - situação de impedimento previsto no § 5º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.*

*§ 1º. Na hipótese de o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.*

*§ 2º. Na hipótese de o titular e o suplente incorrerem simultaneamente na situação de afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.*

**Artigo 4º.** *O mandato dos membros do Conselho será de 2(dois) anos, permitida uma única recondução.*

### **Capítulo III**

#### **Das Competências do Conselho do FUNDEB**

**Artigo 5º.** *Compete ao Conselho do FUNDEB:*

- I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;*
- II – supervisionar a realização do censo escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;*
- III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;*
- IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e*
- V – outras atribuições que legislação específica eventualmente estabelece;*

**Parágrafo Único.** *O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.*

### **Capítulo IV**

#### **Das Disposições Finais**

**Artigo 6º.** *O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pelos conselheiros.*

**Parágrafo Único.** *Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do artigo 2º, I, desta lei.*

**Artigo 7º.** *Na hipótese de o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no artigo 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.*



**Artigo 8º.** No prazo máximo de 30(trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

**Artigo 9º.** As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

**Parágrafo Único.** As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

**Artigo 10.** O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

**Artigo 11.** A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

- I – não será remunerada;
- II – é considerada atividade de relevante interesse social;
- III – assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e
- IV – veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:
  - a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
  - b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e
  - c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

**Artigo 12.** O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena de suas competências e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

**Artigo 13.** O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

- I – apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e
- II – por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

**Artigo 14.** Durante o prazo previsto no § 2º do artigo 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

**Artigo 15.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 16.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Barueri,**

~~Câmara Municipal de Barueri~~  
~~Retirar xerocópias e enviá-las aos~~  
~~leilatores.~~  
~~Em 13/05/2007~~  
~~Presidente~~

**RUBENS FURLAN**  
**Prefeito Municipal**

~~Câmara Municipal de Barueri~~  
~~As Comissões Permanentes~~  
~~desta Casa para emitirem~~  
~~parecer a respeito dentro~~  
~~do prazo legal~~  
~~Em 15/05/2007~~  
~~Presidente~~

~~Câmara Municipal de Barueri~~  
~~Aprovado em única discussão~~  
~~e votação. Ao Sr. Prefeito~~  
~~para sancionar, promulgar~~  
~~e publicar.~~  
~~Em 22/05/2007~~  
~~Presidente~~



LEI Nº 1.653, DE 24 DE MAIO DE 2007

1ª  
313/07

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE  
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL  
DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS  
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -  
CONSELHO DO FUNDEB.”**

**RUBENS FURLAN**, Prefeito do Município de Barueri, usando das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Artigo 1º.** Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Barueri.

**Capítulo II**  
**Da Composição**

**Artigo 2º.** O Conselho em apreço será integrado por 10(dez) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal;*
- II – um representante dos professores das escolas públicas municipais;*
- III – um representante dos diretores das escolas públicas municipais;*
- IV – um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;*
- V – dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;*
- VI – dois representantes dos estudantes da educação básica pública;*
- VII – um representante do Conselho Municipal de Educação; e*
- VIII – um representante do Conselho Tutelar.*

**§ 1º.** Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V e VI deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados pelos respectivos pares.



*§ 2º. A indicação deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores.*

*§ 3º. Os Conselheiros deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.*

*§ 4º. Os representantes, titular e suplente, dos diretores das escolas públicas municipais deverão ser diretores eleitos por suas respectivas comunidades escolares.*

*§ 5º. São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:*

- I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;*
- II – tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que preste serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuge, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;*
- III – estudantes que não sejam emancipados; e*
- IV – pais de alunos que:*
  - a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou*
  - b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.*

*Artigo 3º. O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:*

- I – desligamento por motivos particulares;*
- II – rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do artigo 2º; e*
- III – situação de impedimento previsto no § 5º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.*

*§ 1º. Na hipótese de o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.*

*§ 2º. Na hipótese de o titular e o suplente incorrerem simultaneamente na situação de afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.*



**Artigo 4º.** O mandato dos membros do Conselho será de 2(dois) anos, permitida uma única recondução.

### **Capítulo III**

#### **Das Competências do Conselho do FUNDEB**

**Artigo 5º.** Compete ao Conselho do FUNDEB:

- I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- II – supervisionar a realização do censo escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;
- III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;
- IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e
- V – outras atribuições que legislação específica eventualmente estabelece;

**Parágrafo Único.** O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

### **Capítulo IV**

#### **Das Disposições Finais**

**Artigo 6º.** O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente eleitos pelos conselheiros.

**Parágrafo Único.** Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do artigo 2º, I, desta lei.

**Artigo 7º.** Na hipótese de o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no artigo 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.





*Artigo 8º. No prazo máximo de 30(trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.*

*Artigo 9º. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.*

*Parágrafo Único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.*

*Artigo 10. O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.*

*Artigo 11. A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:*

- I – não será remunerada;*
- II – é considerada atividade de relevante interesse social;*
- III – assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e*
- IV – veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:*
  - a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;*
  - b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e*
  - c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.*

*Artigo 12. O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena de suas competências e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.*



**Artigo 13.** O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:


- I – apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e
- II – por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

**Artigo 14.** Durante o prazo previsto no § 2º do artigo 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

**Artigo 15.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 16.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Barueri, 24 de maio de 2007.**

  
**RUBENS FURLAN**  
**Prefeito Municipal**

CERTIFICO QUE O PRESENTE ATO FOI  
PUBLICADO NA EDIÇÃO DO DIA

25/5/07